



<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/vida-e-guerra-em-canudos/>

## Do bode expiatório ao bode conselheirista: notas para pensar *vida e guerra* em Canudos

Mariana Cruz de Almeida Lima<sup>1</sup>

**RESUMO:** O cerco a Canudos e o sucessivo massacre de aproximadamente 20 mil pessoas que dissolveu a segunda maior concentração urbana da Bahia no final do século XIX segue figurando como uma imagem potente para pensar o momento atual dos conflitos por terra no Brasil. O fluxo entre passado e presente que constitui essas imagens, em especial o modo como são repetidas e proliferadas, retroalimentando a articulação entre as formas de ocorrência de um evento e as formas de narrá-lo, são o ponto de partida deste texto. Diante de um encontro com bodes descendentes conselheiristas, procuro perseguir diferentes figurações deste animal e, em paralelo, busco atentar para como determinadas abstrações, tais como *progresso, civilização, natureza, humano e trabalho* vão limitando, ao estilo do cercamento concreto a Canudos, as formas de narrar o evento. Com isso, busco responder algumas perguntas: Que histórias sobre Canudos podem contar a presença dos bodes conselheiristas? Sobre o que fala o silêncio histórico dos bodes? De que maneira contar uma estória com bode dentro pode fazer ressoar formas alternas de reabilitar Canudos?

**PALAVRAS-CHAVE:** Canudos. História. Paisagem.

---

## From the scapegoat to the conselheirista goat: notes on *life and war* in Canudos

**ABSTRACT:** The siege of Canudos and the successive massacre of approximately 20 thousand people that dissolved the second largest urban concentration in Bahia at the end of the 19th century continues to appear as a powerful image for thinking about current conflicts over land in Brazil. The flow between past and present that constitutes these images, in particular the way in which they are repeated and proliferated, feeding back the articulation between the forms of occurrence of an event and the ways of narrating it, are the starting point of this text. I try to pursue different figurations of the goat, after meeting one presented as a descendent of the Conselheirista movement. In parallel, I pay attention to how certain abstractions, such as progress, civilization, nature, human and work, enclosure the forms to narrate the event. With this, I seek to answer some questions: What stories about Canudos can the presence of conselheiristas goats tell? What does

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (PPGAS/Unicamp) e professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF). E-mail: mariana.tum@gmail.com



the historical goats' silence talk about? How can a story with a goat inside resonate alternate ways of rehabilitating Canudos?

**KEYWORDS:** Canudos. History. Landscape.

---

## **Preâmbulo**

Chegar em Canudos à noite foi o prenúncio de um bom jeito de encarar a história. Ventava muito e o guarda do parque estava na espreita da chuva – já havia trovejado na vizinhança. No escuro, mesmo atenta, era pouco o que se podia distinguir: o som das folhas dos umbuzeiros, vultos se fazendo visíveis pelo contraste com outros vultos, lampejos de luz. Como era possível estar animada pisando o cenário desta guerra? O que esperava encontrar ali? O que o passado poderia ter a oferecer de novo?

Amanheceu. Sentada no alpendre da guarita, comi uma banana que o sentinela do turno havia trazido para os passarinhos. Ele vivia em um sítio do 'projeto de desenvolvimento do sertão' que canalizou o rio Vaza-Barris e financiou a produção de lavouras irrigadas de bananas. Sua família havia sido removida da primeira Canudos Nova, erguida sobre os escombros da guerra por seus sobreviventes, ainda no início do século vinte. A obra do açude Cocorobó foi finalizada pelo governo militar em 1969 e alagou o fundo do vale em que esta Canudos se fez Velha, por entre as ruínas expostas do antigo arraial conselheirista. No sertão, os anos de chumbo chegaram com as tropas republicanas e seus canhões-soldados pela ferrovia da História antes mesmo do século vinte começar. Ao Estado Novo coube gestar uma era de barragens e a ditadura fez o parto: dali em diante, a guerra seria contra a seca.

Recusamos o convite para iniciar a visita pela homenagem aos historiadores. Paulo, nosso guia, nos assegurou que não seria uma perda tão terrível. Começamos, então, pela casa de seu avô, a única que se manteve de pé desde que aqueles morros se tornaram o Parque Estadual de Canudos. O tintilar dos sinos dos bodes parceiros de seu avô fazem ecoar reminiscências de vida entre os signos de massacre a que fomos apresentadas no decorrer do dia. "É descendente conselheirista também!", exclamou Paulo.



*Revista ClimaCom, Esse lugar, que não é meu? | pesquisa – ensaios | ano 9, no. 22, 2022*

Ossos vazando do chão, monumentos mandacarus e enunciações da valentia dos sertanejos: tateamos os vestígios de uma história contada pelos vencidos. Olhar o Vale da Degola, hoje uma ilha de história cercada pelo açude por todos os lados, faz o estômago turvar. Atrás de nós estava a cruz plantada no alto do morro pela bisavó de Paulo, também sobrevivente, em memória dos que morreram. “Perto de muita água, tudo é feliz”?

Estava em Canudos e Canudos parecia viva. De cócoras catando conchinhas dava para sentir o vai e vem das ondas que o barco com um casal de turistas fazia em direção à torre da igreja da Canudos submersa. 100 anos depois da guerra, a seca fez o nível da água baixar de tal forma que um pedaço dela se fez visível. Aqui os mortos cessariam de morrer?

A ventania cresceu tanto que alguém precisou segurar a porta do pequeno museu fincado no centro de Canudos Velha. Esta, uma segunda e outra Canudos Velha, foi formada por quem se recusou a ir para o reassentamento das bananas quando alagaram a Canudos Velha anterior. A menina tinha sido chamada na casa de um parente para nos abrir as portas daquele pequeno relicário. Balas, retratos, utensílios domésticos, peças da cavalaria da República, garruchas de conselheiristas, estatuetas recolhidas e mantidas por não sei ao certo quantas pessoas. Uma delas nos olhava olhando o passado encostada à porta para que não batesse. Logo a chuva viria.

- Paulo, esse museu lembra o de um filme recente, o Bacurau.

- Mostraram esse filme aqui. Umas senhoras não gostaram muito. Parece muito, né? Eu acho que aqui parece Bacurau.

As trovoadas e o desaparecimento do sol apressaram o nosso passo. É janeiro. Voltamos para a guarita do parque para nos despedir; chegamos junto com a chuva. O ano é 2020. O céu desabava e em algumas horas deveríamos chegar a Juazeiro. Não sabemos o que guarda a estrada. Faríamos a contrapelo o caminho da última viagem de Antônio Conselheiro, quando ele e outros moradores de Canudos, a primeira, foram em procissão buscar a madeira que haviam comprado para construir uma igreja nova. Desagradaram o juiz. O comissário solicitou o envio de um batalhão da polícia militar ao arraial, deflagrando a guerra. Foram quatro expedições. E Canudos não se rendeu. Antônio Conselheiro morreu. E Canudos não se rendeu. Cortaram as cabeças. E Canudos não se rendeu. O sertão virou açude. Canudos existe. Quando poderemos chamar a tempestade por outro nome que não progresso?



## O silêncio e os bodes

O cerco a Canudos e o sucessivo massacre de aproximadamente 20 mil pessoas que dissolveu a segunda maior concentração urbana da Bahia no final do século XIX segue figurando como uma imagem potente para pensar o momento atual dos conflitos por terra no Brasil. O fluxo entre passado e presente que constitui essa imagem, em especial o modo como são repetidas e proliferadas, retroalimentando a articulação entre as formas de ocorrência de um evento e as formas de narrá-lo, são o ponto de partida deste texto. Para o caso de Canudos, parece ser impossível começar por outro *lugar* que não a guerra. Justamente por isso, refletir sobre esta interdição é um dos objetivos deste texto, algo que se faz possível diante de um encontro improvável com bodes descritos como *descendentes conselheiristas*; diante, sobretudo, da força *telúrica* que o lugar exercer sobre nós (SILVA, 1997, p.27). A presença e a agência histórica destes animais na experiência de Canudos (Bahia, 1893-1897) se fez visível para mim durante uma visita guiada ao Parque Estadual de Canudos cujos detalhes serão narrados mais a frente, ainda que alguns de seus aspectos já tenham sido desenhados na primeira parte deste preâmbulo. Por ora, basta ressaltar que a produção de couro foi uma das atividades mais intensivas do Arraial Conselheirista, tendo sido exportado para a Europa e EUA com frequência e intensidade durante os quatro anos de existência da comunidade. Pouco mais de um século depois da destruição de Canudos pelo exército republicano, *bodes conselheiristas* seguem vivos e habitando a região. A persistência destes animais, argumento ao longo das próximas páginas, potencializa o exercício de formular questões a respeito da *vida* do arraial de Belo Monte, algo que configura um outro legado de Canudos, cuja herança também tem sido reivindicada atualmente por um conjunto expressivo de movimentos sociais e comunidades em luta por terra e território.

Nos sertões dos *tempos de Conselheiro*, em meio aos efeitos de uma longa seca e das extensas cercas dos latifúndios, as criações de cabras eram signo de desprestígio, chamadas *miúncias* (GONÇALVES JÚNIOR, 2011). De modo análogo, eram assim considerados trabalhadores das fazendas, posseiros, indígenas e negros recém alforriados. O encontro entre eles é o que pode ter tornado o arraial *habitável*, um lugar de refúgio para muitos. A aliança entre povos – e destes com entes não-humanos (FERREIRA, 2021) – são o fundamento de muitas das formas correntes de enfrentar a articulação entre o avanço do capitalismo sobre as terras e o agravamento da crise climática. Que histórias sobre Canudos podem contar a presença dos bodes conselheiristas? Sobre



*Revista ClimaCom*, Esse lugar, que não é meu? | pesquisa – ensaios | ano 9, no. 22, 2022

o que fala o silêncio histórico sobre eles? De que maneira contar uma história com bode dentro pode fazer ressoar formas alternas de reabilitar Canudos? Estas são algumas das questões que animaram a escrita deste texto[1].

Inspirada pela análise de Trouillot (2016) a respeito dos modos de silenciar o passado no contexto da Revolução Haitiana e pelas questões formuladas por Tsing (2005; 2015; 2019) sobre os encontros entre espécies e a emergência de modos de vida nas fronteiras e ruínas do capitalismo, persigo diferentes figurações dos bodes em sua relação com o arraial de Belo Monte. Em paralelo, busco atentar para como determinadas abstrações, tais como *progresso*, *civilização*, *natureza*, *humano* e *trabalho* vão limitando, ao estilo do cercamento concreto a Canudos, as formas de narrá-lo como evento e, conseqüentemente, os modos de reabilitar seus legados.

Primeiro, reflito sobre a articulação entre passado e presente a partir da alegoria da Guerra de Canudos como o *bode expiatório da nação*. Em seguida, ainda no âmbito da guerra, analiso uma tática de defesa do arraial e especulo sobre a possibilidade de considerar os bodes como agentes secretos da história. A partir disso, busco reunir algumas informações sobre as relações entre bodes e pessoas para pensar o arraial conselheirista enquanto um modo específico de refazer paisagem, descrevendo as associações e materialidades que tal paisagem faz emergir e de que é fruto. Por fim, afirmo que, porquanto Canudos siga operando como um referente, isto é, um lugar de onde retomar práticas de sentido inviabilizadas – e invisibilizadas – pela e na História, narrar histórias sobre seus bodes pode ser um modo de refletir sobre formas alternativas de criar nexos entre passado e presente.

### **Bode expiatório**

Em agosto de 2020, em plena pandemia, pudemos acompanhar pelas redes sociais o despejo de parte do acampamento Quilombo Campo Grande[2]. Simultaneamente aos acontecimentos, vídeos circulavam, mostrando a ação policial expedida por um juiz local e autorizada pelo governador de Minas Gerais: derrubaram a escola, atearam fogo em lavouras, jogaram bombas de efeito moral sobre as pessoas que ali se encontravam.

Depois de cinquenta e duas horas de ataque direto da força policial, as famílias expulsas da área receberam abrigo na parcela do acampamento que não havia sido desapropriada. Durante o despejo, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Terra (MST)[3] chamou atenção



*Revista ClimaCom, Esse lugar, que não é meu? | pesquisa – ensaios | ano 9, no. 22, 2022*

para como a polícia transformou a terra em *um cenário de guerra*. Após a concretização da ação, um representante do movimento elencou os modos com que resistiram e afirmou que *não se renderiam*[4]. O evento ocorrido recentemente em Minas Gerais, bem como as formas de narrá-los, evocam e fazem ecoar duas imagens bastante difundidas sobre a Guerra de Canudos.

A vila foi formada em 1893 nas terras de uma fazenda abandonada chamada Santo Antônio de Canudos. Ela foi então rebatizada de Arraial do Belo Monte por Antônio Conselheiro, profeta secular que havia peregrinado pelos sertões entre o Ceará e a Bahia por 30 anos (MACEDO e MAESTRI, 2011). A quarta e última expedição militar, empreendida entre junho e outubro de 1897, enviou para o sertão baiano artilharia pesada e cerca de 10 mil soldados, contabilizando metade do contingente do exército nacional à época. Depois de três derrotas consecutivas, a estratégia seria cercar completamente o arraial, impedir a circulação de pessoas e alimentos e aniquilar Canudos. Esta foi a cartada final da nascente República contra a comunidade que, desde o primeiro combate em março do ano anterior, passou a figurar na capital da nação como a ameaça mais concreta e temerosa ao novo poder instituído (CUNHA, 2016[1901]).

Cerca de 15 dias antes do fim do conflito, Euclides da Cunha somou-se ao exército republicano, na condição de correspondente de guerra. A partir do que testemunhou e de seus estudos posteriores, o engenheiro formado pela Escola Superior de Guerra redigiu *Os Sertões* (1901), um marco da literatura nacional (Galvão, 2016). Na última parte do livro, denominada 'A luta', ele narra em detalhes os eventos que levaram à cabo a extinção da *revolta*, dentre eles destacam-se o ateamento de fogo às casas e lavouras, os bombardeios diretos e decapitação dos *jagunços*:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens-feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados (CUNHA, 2016 [1901], p.549).

Em poucas e diminutas frases, a imagem construída evoca a altivez da não rendição frente à sobrepujante desigualdade de forças em confronto. O fluxo entre passado e presente que constitui tanto as práticas de destruição quanto a insistência da resistência, em especial o modo como são repetidas e proliferadas, parecem retroalimentar a articulação entre as formas de ocorrência de um evento e as formas de narrá-lo (TROUILLOT, 2016). De que maneira o contraste entre extermínio e



insubordinação produz silêncios a respeito da forma como grupos subalternos participam da história?

‘Martírio e redenção’. Este é o título de uma carta[5] escrita em 2001, sem destinatário declarado, por Antônio Cândido em que ele se pergunta que leitura de *Os Sertões* é possível fazer cem anos depois dos eventos narrados por Euclides da Cunha. Segundo Candido, aquele escritor considera que o *martírio do homem* nasce diretamente de uma espécie de tortura mais ampla, o *martírio secular da terra*, a qual seria, por sua vez, a base da *economia geral da Vida*. Portanto, se a terra é *sofrida* – como afirma Euclides da Cunha na primeira parte de seu livro – os homens, responsáveis e determinados pela *economia da Vida* ali produzida, também o seriam. Como o que interessa a Candido nessa leitura é pensar o legado de Canudos em seus dias atuais, ele compara o contexto social, econômico e político dos sertões brasileiros nestes dois momentos. Assim, ele demonstra a continuidade da concentração de terras sob domínio de um pequeno grupo de proprietários e inverte os termos da equação proposta por Cunha: o *martírio da terra* seria efeito do *martírio dos homens*. Candido tensiona os pressupostos da noção de *martírio da terra*, evidenciando que, para além de condições climáticas, *naturais*, a terra padeceria como o resultado da “devastação predatória e da subordinação da posse ao lucro” (CANDIDO, 2019, p.16) – ambos os processos desencadeados *socialmente* e não por forças *da natureza*. A questão central para ele, portanto, é *agrária* e não *ambiental*.

Atento às pautas e elaborações políticas dos movimentos sociais de luta pela terra de seu próprio presente, ele mobiliza a guerra para lembrar que a promessa republicana de redimir a nação contra os vetores de atraso que ameaçavam seu desenvolvimento estava assentada em inferências equivocadas. O inimigo não era Canudos, mas *o latifúndio*. Por isso,

[...] o MST é iniciativa de redenção e promessa de uma era nova, na qual o homem do campo possa desempenhar com plenitude e eficiência o grande papel que lhe cabe na vida social e econômica, porque as lides da lavoura são componente essencial de toda economia saudável em nosso país. Por se ter empenhado nessa grande luta com desprendimento, bravura e êxito, (...) no MST palpita o coração do Brasil (CANDIDO, 2019, p.16).

Para Euclides da Cunha, o *martírio dos homens* é consequência do *martírio da terra* porquanto haja uma inversão da hierarquia pressuposta pela *civilização* e defendida como princípio da República positivista, qual seja, a de que os homens devem *dominar as forças naturais* e não o contrário. Em Canudos, porém, os homens seriam mudos – meros objetos da agência da natureza. A leitura de



Candido, por sua parte, reabilita a posição de sujeito histórico aos *homens* de Canudos. Ao traçar uma espécie de genealogia que conecta aquele massacre ao seu presente, ele demonstra que a tensão entre *martírio* e *redenção* segue operando.

No entanto, esta forma de conectar passado e presente reifica a Guerra de Canudos como uma alegoria do massacre daqueles que foram e são assolados pelos projetos de modernização do país, constituindo uma forma de reabilitar o evento histórico que Walnice Nogueira Galvão chama de *bode expiatório da nação* (2009, p.53). Esta expressão remete a um conjunto de rituais religiosos estudados por Mauss e Hubert. Em ‘Sobre o sacrifício’ (2005), eles traçam a genealogia, a natureza e a função social do sacrifício ritual para demonstrar que o *bode expiatório*, ao substituir o sacrifício humano, cumpre as mesmas condições, quais sejam: que a relação entre sacrificante e sacrificado seja mediada por um *fora*, diante do qual quem sacrifica entrega o sacrificado; este *fora*, no entanto, deve estar *perto* o suficiente para que o sacrificante possa receber a força de que necessita para realizar o rito, bem como se beneficiar de seus resultados. O sacrificado, nesse contexto, tem o papel de intermediar a relação entre o sagrado e o profano e deve se distinguir de ambos ao mesmo tempo. Para que Canudos seja o *bode expiatório da nação*, é a nação quem opera o duplo “caráter de penetração íntima e separação, de imanência e transcendência” (2005, p.108), em sua relação com os sacrificantes. Canudos, para ser dada em sacrifício, deve ser separada tanto da nação quanto de quem a põe em sacrifício. É o que parece acontecer quando o MST “se dá em sacrifício ao país”, na sugestão de Candido (2019, p.16).

A lógica do sacrifício em que ganha sentido a figura do bode expiatório, seja em relação ao evento do massacre de Canudos ou a seus correlatos contemporâneos, evoca uma forma de participação de grupos *subalternos*[6] na História, ao mesmo tempo em que reifica os pressupostos do processo que condiciona a sua própria subalternidade: a redenção de que fala Candido é da nação; ao *homem do campo* caberia ser meio para que o país alcance a *nova era*. Dito de outro modo, embora crítico aos pressupostos de Euclides da Cunha a respeito da articulação entre *martírio da terra* e *martírio do homem*, reabilitando o legado de Canudos para justificar a necessidade ainda premente de realizar a reforma agrária, ambas as perspectivas se assentam em uma divisão sólida entre sociedade (*homem*) e natureza (*terra*), de modo que a distância entre um e outro é o que institui a entrada na *civilização* e a saída da *barbárie*. Se a forma de articular esse grande divisor é um dos elementos que permitem à própria *nação* continuar operando os legados de Canudos para separá-





los de si mesmos e pedir-lhes em sacrifício, talvez seja interessante especular sobre o modo como esta cisão pode ter sido operada por conselheiristas.

### **Interlúdio: agentes secretos da História**

São escassas as menções feitas a cabras e bodes no livro de Euclides da Cunha. O silêncio em relação aos animais, no entanto, é inversamente proporcional à imensa proliferação de descrições e análises a respeito do *homem sertanejo* – algo que constitui uma espécie de obsessão no texto euclidiano. Uma forma de abordar esse contraste seria interpretando-o, em si mesmo, como um atestado de desconhecimento do autor sobre os modos conselheiristas de entrelaçar a vida de humanos e caprinos, algo que seria lastreado, inclusive, pela própria categoria *homem sertanejo* circunscrever um “sujeito histórico indiferenciado” (VELDEN, 2003, p.68). Outra forma, porém, poderia ser a de imaginar que estes animais tenham se constituído, de fato e de direito, como agentes secretos da história[7], tão secretos que seus disfarces não foram desfeitos pela mais positivista das ciências positivistas. Aqui, quero defender que ambas as formas de abordar o contraste são verdadeiras e estão articuladas entre si. Para apresentar meus argumentos, vou precisar de um pouco de paciência para expor longos, ainda que interessantes, trechos do *livro vingador* de Euclides da Cunha[8].

A intensa resistência do arraial conselheirista frente ao poder de fogo do exército brasileiro foi um dos aspectos da Guerra de Canudos que ajudou a forjar o caráter extraordinário do evento, tal como narrado por Euclides da Cunha. A captura e a morte do General Corta-Cabeças, que deu fim à terceira expedição militar ao arraial, causou espanto na capital: o que poderia explicar, questiona Cunha, “o inconcebível do acontecimento e induzir uma razão de ser qualquer para aquele esmagamento de uma força numerosa, bem aparelhada e tendo chefe de tal quilate?” (2016[1901], p.329).

A noção de *inimigo da nação* atribuída aos conselheiristas tinha como substrato uma série de atributos que os apresentavam como o espelho invertido do cidadão republicano: o sertanejo, sendo antes de tudo um forte, não era – ainda assim, ou exatamente por isso – um indivíduo racional, ordeiro, próspero e consciente, capaz de planejar e executar uma estratégia de defesa bem sucedida. Ao contrário, segundo a leitura de Antonio Candido sobre a sociologia que emerge de *Os Sertões*, Euclides da Cunha argumentava que a *inferioridade racial e cultural* – determinada pela



miscigenação racial e pelas condições ambientais de seu meio – faziam-nos *humanos claudicantes*, cujo comportamento coletivo oscilava entre “a humildade mística e o assomo sanguinário” (CANDIDO, 2012[1999], p.32).

Neste ponto, a matriz teórica que subsidia a análise de Euclides da Cunha, mesmo que sirva para que o autor posteriormente questione a legitimidade da ação brutal do exército, talvez coincida com a percepção que o exército republicano tinha a respeito de seu inimigo. Além de armas, provisões e metade dos combatentes do país, o exército republicano levou à quarta e última expedição também uma certa concepção de *humanidade* que balizou as formas de leitura das táticas de guerra de seus inimigos. Uma das poucas menções sobre as cabras em *Os Sertões* ocorre na descrição sobre os primeiros momentos dessa última expedição:

Não se podem individuar os episódios parciais desta fase obscura e terrível da campanha. O soldado faminto, cevada a cartucheira de balas, perdia-se nas chapadas, premunindo-se de resguardos como se fosse à caça de leões. Atufava-se no bravio das moiteiras... Rompia a galhada inflexa, entressachada de gravatás mordentes. E — olhos e ouvidos armados aos mínimos contornos e aos mínimos rumores — atravessava longas horas na perquisição exaustiva... Às vezes era um esforço vão. Volvia à noite para o acampamento, desinfluido e com as mãos vazias. Outros, mais infelizes, não apareciam mais, perdidos por aqueles ermos; ou mortos nalguma luta feroz, para todo o sempre ignorada. Porque os jagunços por fim opunham tocaias imprevisitas aos caçadores bisonhos que sem lhes pleitearem parelhas na ardileza, não lhas evitavam. Assim é que, não raro, depois de muitas horas de esforço inútil, o valente faminto dava tento, afinal, de um ressoar de sincerros, pressagos da caça apetecida, porque é costume trazerem-nos as cabras, no sertão; e reanimava-se esperançado. Recobrava-se um momento das fadigas. Refinando no avançar cauteloso, por não espantar a presa fugidia, retraía-se das trilhas descobertas para o âmagô das macegas. Seguia serpejando, deslizando devagar, guiado pelas notas da campanha, a pontilharem, nítidas e claras, o silêncio das chapadas. Adiantava-se até as ouvir perto... e era feliz, em que pese à dolorosa contrariedade, se as ouvia novamente ao longe, indistintas, inatingíveis, ao través do embaralhado dos desvios. Porque não imaginava, em certas ocasiões, os riscos que corria: a um lado, nos recessos da caatinga, em vez do animal arisco negaceava, sinistro e traiçoeiro, procurando-o por sua vez, o jagunço. Acaroadado com o chão, rente da barba a fecharia da espingarda e avançando de rastros, quedo e quedo entre as macegas, e fazendo a cada movimento tanger o sincerro que apresilhara ao próprio pescoço, via-se, ao invés da cabra, o cabreiro feroz. A caça caçava o caçador. Este, inexperto, caía, geralmente abatido por um tiro seguro, a não ser que atirasse primeiro sobre o vulto lobrigado ao último momento (CUNHA, 2016, p.392-3).

*A caça caçava o caçador.* Sendo a guerra a gramática vigente para a codificação de relações e sentidos com e sobre os conselheiristas, o que uma leitura sobre as táticas de guerrilha podem ensinar sobre como os conselheiristas jogaram com a imagem que o exército fez deles? Um aspecto que chama atenção nesse trecho é o elemento surpresa que se desdobra em distintos âmbitos. Em primeiro lugar, o momento do ataque ocorre no fim do dia e é, portanto, externo e posterior ao fenômeno da batalha, em termos militares. Em segundo lugar, é um ataque que ocorre nas



*Revista ClimaCom, Esse lugar, que não é meu? | pesquisa – ensaios | ano 9, no. 22, 2022*

intermediações do acampamento do exército e, portanto, também fora do *palco* da guerra, cujo centro era o próprio arraial. Assim, para que os soldados se pensem *caçadores*, é preciso que eles estejam *fora*, ainda que parcialmente, do conjunto de relações que o pensam como soldados.

No entanto, a caça e a guerra estão, frequentemente, entrelaçadas. O embricamento de ambas pode ter vários contornos, mas aqui interessa o modo como ele desponta, por exemplo, em Bacurau, que figura no preâmbulo a este texto. Nesse filme, uma dupla de motoqueiros do sudeste brasileiro viaja a Bacurau para se juntar a um grupo de *gringos* que parecem reunir-se em torno da caça de pessoas. O vínculo entre guerra e caça, nesse contexto, tem como pressuposto a desumanização do inimigo, que se desdobra, muitas vezes, em sua animalização. Nas terras de ‘cabra marcado para morrer’ (COUTINHO, 1984), o vetor da metamorfose, além de ser mais frequentemente operado por quem tem as armas mais potentes, viaja do humano ao animal, mas não ao contrário[9].

Os deslocamentos de tempo e espaço mencionados acima não criam uma dimensão da realidade que esteja isenta da guerra ou dos termos concretamente postos por ela – algo, inclusive, que não está sob controle de conselheiristas. Talvez exatamente por isso, o gesto dos soldados de seguir o barulho dos sinos das cabras com o objetivo de garantir a janta é algo que se faz coerente, inteligível, factível e, principalmente, seguro: as cabras habitam, em quantidade, os arredores do arraial; local inabitável, por sua vez, até mesmo para aqueles *humanos claudicantes*. E é aí que reside a possibilidade de armar uma armadilha, este apetrecho que depende inequivocamente do conhecimento refinado a respeito daquele que deve ser pego e das práticas de sentido que traz consigo. É isto que, subitamente, inverte as posições dos termos postos em relação, sem necessariamente modificar a estrutura da relação em si: *a caça caçava o caçador*.

A capacidade de se metamorfosear em *caça* para *caçar* depende, a um só tempo, de um arranjo criativo e íntimo entre cabras e certos humanos e também da aposta de que este disfarce, para o inimigo, seria impensável. Fazer-se passar por cabra como uma tática de guerra pressupõe conhecer profundamente suas formas de vida e seus hábitos – o ritmo de sua movimentação, o balanço dos sinos, os lugares por onde anda, para, com isso, ser capaz de performar sua furtividade. Este conhecimento depende da sincronicidade daqueles que sabem se encontrar (e comer uns aos



outros) de maneira apropriada (HARAWAY, 2016, p.73), encontro que depende de uma espécie de delicadeza que não compõe a frequência que salta da *humildade mística* para o *assomo sanguinário*.

Em outro âmbito ainda, algo do elemento surpresa operado nesta ação está presente em outras táticas de defesa amplamente utilizadas na guerra de Canudos. As trincheiras conselheiristas a que fomos apresentadas em nossa visita ao Parque Estadual de Canudos constituem um bom exemplo. Assim as descreve Euclides da Cunha:

Porque a cidade selvagem, desde o princípio, tinha em torno, acompanhando-a no crescimento rápido, um círculo formidável de trincheiras cavadas em todos os pendores, enfiando todas as veredas, planos de fogo volvidos, rasantes com o chão, para todos os rumos. Veladas por touceiras inextricáveis de macambiras ou lascas de pedra, não se revelavam a distância. Vindo do levante, o viajor que as abeirasse, ao divisar, esparsas sobre os cerros, as choupanas exíguas à maneira de guaritas, acreditaria topar uma rancharia esparsa de vaqueiros inofensivos. Atingia, de repente, a casaria compacta, surpreso, como se caísse numa tocaia (CUNHA, 2016, p.177).

Sua efetividade, mais uma vez, dependia da furtividade, ou seja, da possibilidade de se fazer ininteligível, de promover a esquiva, de ser confundida com outros signos, estes últimos relativos a algum aspecto da *natureza*. Neste sentido, me parece possível especular que tornar-se invisível fazendo-se passar por um certo outro para o inimigo depende também da aposta sobre o olhar do outro sobre si. Uma das dimensões do sucesso das táticas de defesa do arraial maneja e promove, em síntese, uma indistinguibilidade temporária entre combatentes e seres outros que humanos que compõem a paisagem: cabras, trechos de mata e a própria terra.

A proximidade perigosa entre *homem* e *natureza* é justamente um dos fundamentos que forja, para Euclides da Cunha, a inferioridade cultural dos habitantes dos sertões; é esta última, inclusive, que constitui a perspectiva narrativa do autor. É também ela que justifica o combate ao arraial, permitindo a deflagração da guerra. Essa proximidade é, pois, um dos espelhos em que se projeta a imagem invertida da República e seu projeto modernizador. Como visto até aqui, a terra, a vegetação e os bodes não podem ser lidos como simples locação do combate, pois são constantemente – de um lado e de outro – mobilizados em sua agentividade. Desde todos os ângulos, estes aspectos são, no mínimo, objeto de disputa centrais para a deflagração, mas também para a continuidade, em profundidade e abrangência, da guerra.

A intercambialidade provisória entre bodes e pessoas, parece-me, pode apontar para uma relação entre uns e outros que não passa, necessariamente, por uma hierarquia essencializada de humanos



*Revista ClimaCom, Esse lugar, que não é meu? | pesquisa – ensaios | ano 9, no. 22, 2022*

sobre animais, de modo a indicar que tanto um quanto outro podem hoje ser considerados descendentes conselheiristas. Isto é fundamental para compreender a centralidade dos bodes na vida do arraial, chamado de Belo Monte por seus habitantes, e é algo que remete ao que pode ter se passado anteriormente à guerra, ao mesmo tempo em que compõe as formas de reabilitar Canudos atualmente. Quando essas associações são investigadas deixando de lado o binômio de progresso histórico/progresso humano que justifica a guerra, novas perguntas emergem. Pensar *com* bodes, neste contexto, me parece profícuo porque perseguir seus rastros na historiografia pode fazer emergir alguns pontos cegos, dentre eles a interdição de vê-los enquanto agentes secretos da História, e como farei a seguir, ao pensá-los como parceiros na fabricação de paisagens de liberdade e abundância.

### **Bodes conselheiristas**

Bodes e cabras já habitavam as intermediações da fazenda abandonada onde o *arraial de Belo Monte* seria formado por Antônio Conselheiro e um grupo de aproximadamente 250 pessoas, em meados de 1893 (MACEDO e MAESTRI, 2011, p.64). Quando ali chegaram, fora a presença daqueles animais, tudo mais enunciava decadência. Segundo as pesquisas do historiador Atibaia Nogueira,

A principal nota, a que mais impressiona, do futuro Belo Monte, é o desamparo completo em que jaz no momento da chegada de Antônio Conselheiro à fazenda de Canudos. Nenhum habitante. A casa grande da sede e a capelinha, em ruínas. Três casinhas, caindo aos pedaços. Nenhuma plantação, nenhum cultivo (NOGUEIRA, 1978, p.198).

As causas do *desamparo*, ainda de acordo com este mesmo autor, talvez nunca sejam conhecidas. Já a escolha daquele lugar para a construção da comunidade não foi arbitrária. Durante as duas décadas anteriores, Conselheiro havia andado o sertão extensivamente, tendo construído um amplo conhecimento das características e relações ecológicas de toda aquela região. A qualidade do solo, a largura do rio Vaza-Barris, a presença de água que aflorava com facilidade dos lençóis freáticos, a disponibilidade de salitre e de certas espécies arbóreas e arbustivas na vegetação densa teciam um horizonte em que a potência de abundância era flagrante, tanto para Bom Jesus, o Conselheiro, quanto para o diverso e impressionante contingente de pessoas que passaram a habitar a comunidade, transformando a fazenda abandonada no Belo Monte.

Tal possibilidade parece ter emergido aos olhos da nascente República e da historiografia muito mais lenta e timidamente. O sertão – e sua gente – teria, da perspectiva colonial (MEDEIROS, 2014)



*Revista ClimaCom, Esse lugar, que não é meu? | pesquisa – ensaios | ano 9, no. 22, 2022*

o *atraso* como efeito de uma marca constitutiva, *natural: a pobreza*. Se, como questionado mais acima, a imposição de categorias universais, tais como o *progresso*, o *atraso*, a *natureza*, interdita a inteligibilidade de certos eventos, o mesmo valeria para impedir a ocorrência mesma do fenômeno? Tendo como foco de atenção e análise a configuração de modos de vida nas assim chamadas fronteiras e ruínas do capitalismo, Tsing (2005; 2015) demonstra como a precariedade não é uma exceção, senão uma condição generalizada da vida. Por isso, ela sugere, compreendê-la enquanto “[...] a condição de ser vulnerável a outrem” (p. 20) pode evitar que nossas narrativas, inclusive as investigações históricas, estejam subsumidas pela noção de *progresso* ou por suas categorias de base, como o *avanço* e o *desenvolvimento*. Esta autora então lança mão de um modo de investigação sensível às múltiplas temporalidades e configurações das relações entre entes humanos e não-humanos que constroem e reconstróem paisagens, sem perder de vista a análise sobre como esses processos articulam escalas e relações de poder também variados. Insistir nos vínculos entre espécies, especialmente no que eles promovem e do que eles dependem, é a aposta que faço aqui. Assim, abordar os nexos entre decadência e abundância desde a perspectiva da relação entre bodes e humanos pode contribuir para tornar inteligível alguns aspectos das formas correntes de reabilitar Canudos. Antes, preciso contar como a visita ao Parque Histórico de Canudos tornou a presença dos bodes audível.

O Parque Estadual de Canudos foi instituído via decreto em 30 de junho de 1986 e compreende hoje cerca de 1700 hectares, tendo como finalidade a preservação e a pesquisa em âmbito histórico, arqueológico e ambiental[10]. Na parcela aberta ao público estão alguns dos sítios históricos que constituem o espectro de possibilidades de avançar investigações arqueológicas e de cultura material a respeito da guerra, tendo em vista que os lugares de vida conselheirista estão submersos nas águas do Cocorobó e que as pessoas que testemunharam a guerra – e sobreviveram – já não estão vivas. Como em muitos dos parques de preservação ecológica e/ou histórica no Brasil, sua institucionalização implicou na retirada de pessoas que ali viviam. Entre elas, estava o avô de Paulo, o guia que nos acompanhou na visita[11]. Ao contrário do mais comum em situações de sobreposição entre territórios tradicionalmente ocupados e parques de preservação ambiental, ali houve um acordo e seu avô pode permanecer – sua casa é a única naquela extensão do parque. Foi por lá que iniciamos nossa visita guiada.



*Revista ClimaCom, Esse lugar, que não é meu? | pesquisa – ensaios | ano 9, no. 22, 2022*

A casa, feita de paredes de adobe caiadas, guarda em sua antessala uma espécie de museu, com fotos pendendo do teto e nas paredes, além de alguns objetos expostos. Assim que chegamos, nosso guia sumiu por um minuto para dentro da casa e voltou com um gibão conselheirista, a garrucha utilizada por seu bisavô durante a guerra e uma bolsa de couro preta cheia de pequenos objetos que espalhou por cima de uma mesa. Além de nós, outros dois visitantes faziam parte do grupo. Eles visitavam parentes em uma pequena cidade nos arredores de Canudos e foram de moto conhecer o parque que contava a guerra de que eram estudiosos amadores. Enquanto Paulo guardava os objetos dentro da bolsa, um dos visitantes perguntou ao guia se *era verdade mesmo* que o couro do bode do arraial de Belo Monte tinha alto valor comercial antes da guerra. Paulo confirmou o dado e, apontando para um grupo de animais do lado de fora, completou: “aqui os bodes conselheiristas, ó. São descendentes mesmo!”. Ele ainda acrescentou que o couro era comercializado internacionalmente e seu alto valor relacionava-se a algo que faltava em Belo Monte: cercas. Em liberdade, os bodes não tinham a pele arranhada, o que, ao ser transmutado em couro, alcançava grandes preços. Diferente dos objetos apresentados dentro da casa, os animais foram anunciados a partir de um atributo que, até então, era exclusivamente utilizado em relação a pessoas: *descendente de conselheirista*. Atentar para a presença deles enquanto uma reminiscência especial dos tempos passados me permitiu seguir algumas pistas dos modos de vida que foram promovidos no arraial conselheirista antes da guerra.

Dentre as ações realizadas pelos conselheiristas na chegada ao que se tornaria o arraial, *tratar* das cabras e bodes pode ter sido um dos primeiros: “Sem perda de tempo, os novos habitantes da nova Belo Monte vão organizando cercado para reunir cabra selvagem” (NOGUEIRA, 1978, p. 199). Rapidamente, continua o autor, há carne, leite, provisões nos paióis e roças plantadas. A fartura resultante desse encontro entre pessoas, animais e plantas atraiu gente dos mais distantes rincões do sertão, de modo que Canudos tornou-se, “em pouco mais de quatro anos, um dos maiores aglomerados humanos do Estado (cerca de 24 mil habitantes) numa das mais agreste e estéreis regiões dos sertões do nordeste do Estado da Bahia” (MARTINS, 1999, p.28).

A história, as habilidades, preferências e modos de vida dos caprinos podem constituir um ponto de partida interessante para entender a formação do arraial. A cabra (*Capra aegagrus hircus*) talvez tenha sido o primeiro animal ruminante a ser domesticado, entre 10.000 e 8.000 anos atrás (BOYAZOGLU, 2005). A chegada delas ao continente americano se deu no contexto da colonização



européia, o que não implica que seus ancestrais diretos tenham vindo do velho mundo. Judith Carsey (2009) faz um amplo estudo sobre a diáspora africana de plantas e animais de criação, demonstrando que o fluxo de pessoas escravizadas pressupôs, de uma parte, um intenso controle sobre os modos de vida e variedades de plantas e animais domesticados no continente africano e, na outra margem do Atlântico, dependeu dos mesmos conhecimentos e variedades. Assim, os tumbeiros traficaram, além de pessoas, plantas e animais que comporiam posteriormente sistemas agrícolas em terras brasileiras, inicialmente concentrados no litoral[12].

O detalhe é que as cabras têm um ciclo reprodutivo considerado rápido, parindo até dois filhotes a cada cinco meses (NOGUEIRA, 1978). O aumento exponencial da população de caprinos, bem como a excepcional habilidade que esta espécie tem em não respeitar cercas, começou a incomodar o empreendimento da cana de açúcar. Animais ruminantes que são, seus estômagos digerem tudo quanto possa ser mastigado. A criação em sistema extensivo de caprinos e gado próximo a lavouras agroexportadoras de cana de açúcar estava resultando prejudicial e ineficiente. Enquanto isso, a coroa lidava com um outro problema: o interior apresentava-se como uma ameaça às forças coloniais, na medida em que a ausência do Estado ali era inversamente proporcional à criação de quilombos e de territórios indígenas (ROLIM, 2012). Em 1701, a coroa portuguesa decretou a proibição de criar animais a menos de 100km do litoral, obrigando a migração de grande parte do rebanho e estabelecendo, por meio da cessão de sesmarias, enormes fazendas cujos proprietários passaram a produzir carne, couro e leite a serem comercializados no litoral (CARVALHO, 2019).

Em meados do século seguinte, devido à instabilidade política e econômica gerada pela crise do açúcar e do sistema escravagista, os grandes currais também entraram em decadência e muitos foram abandonados por seus proprietários. Vaqueiros, posseiros e foreiros permaneceram nas terras, passando a priorizar a criação de caprinos sobre a de gado. No sertão, as necessidades das cabras podiam ser melhor atendidas que as do gado, animais mais exigentes. Mesmo não sendo uma espécie endêmica, os caprinos se adaptaram às condições ambientais da caatinga do nordeste brasileiro com muita facilidade. Este bioma, assim como as savanas africanas, oferece uma alta diversificação e abundância de suas plantas forrageiras preferenciais, como as espécies arbóreas jurema-preta, sabiá e mororó (IASB, 2011, p.47). Além disto, caprinos resistem melhor em condições de baixa disponibilidade de água.





Ao final do século XIX, após a abolição oficial da escravidão e a grande seca de 1877 a 1879, a maioria da população dos sertões baianos vivia em condições precárias, seja pela pressão exercida por coronéis sobre territórios indígenas (MASCARENHAS, 1997; REESINK, 1997), seja pela intensificação do cercamento de terras livres e da exploração do trabalho (CARVALHO, 2019). É neste contexto que surge o Belo Monte. Segundo o historiador João Batista da Silva Lima, neto de sobreviventes da guerra, Antônio Conselheiro

[...] vem para inaugurar a igreja velha de Santo Antônio, mas resolve se estabelecer no que diziam ser a Aldeia Sagrada. Depois que batizou o lugar como Belo Monte e disse que aquela era uma terra onde manavam rios de leite e os montes eram de cuscuz, muitos vieram de várias regiões para conferir se realmente o que se ouvia em toda a parte sobre aquele lugar era, de fato, verdadeiro. A cada dia, novas famílias chegavam: negros, índios, roceiros e fugitivos da lei. (...) Dessa forma, construída pela diversidade, Canudos crescia (SILVA, 2019, p.167).

Como uma população tão expressiva pôde sobreviver ali? Esta pergunta interessou a muitos analistas. Segundo o historiador Ataliba Nogueira, alguns aventaram a possibilidade de que vivessem de esmolas e, outros, de que seriam financiados por roubos executados por conselheiristas a fazendas da região (1978, p.202). Ele descarta ambas as hipóteses, descreve uma multiplicidade de atividades realizadas localmente e menciona a rede de relações comerciais em que o Belo Monte estava integrado, tendo como base uma série de documentos da época que incluem os diários e cartas escritas por Antônio Conselheiro, depoimentos de sobreviventes da guerra, relatórios militares e crônicas.

Segundo estas fontes, havia roças de mandioca, milho, feijão e abóbora cultivadas às margens do rio. Assim como a alimentação, há indícios de que os tecidos para roupas e redes, bem como as facas, foices e machados também fossem fabricados no próprio arraial. Havia também algum fluxo monetário na direção do arraial, cuja fonte principal era, justamente, a exportação do couro. Os bodes, as condições que necessitam para sobreviver e os conhecimentos necessários para realizar o manejo estavam presentes em abundância no Belo Monte. O processamento das peles era realizado no próprio local, devido à disponibilidade de salitre e favela. A planta misturada ao sal era utilizada para curtir o couro – procedimento realizado nos arredores do arraial por seus moradores, em pelo menos quatro curtumes mencionados pelos documentos. Os couros então perfaziam o caminho até Juazeiro, onde Antônio Conselheiro tinha um negociador intermediário que enviava a mercadoria para Salvador e de lá para o exterior.



Nogueira argumenta que o comércio de peles já era atividade econômica relevante na região desde o início do século XVIII, bem antes da fundação do arraial, sendo o quarto produto que mais trazia divisas para os cofres públicos, depois da cana, do tabaco e do ouro. O comércio internacional de couros considerava as peles do Nordeste Brasileiro das melhores do mundo:

Nos dois maiores mercados de peles de cabra do mundo, o americano e o alemão, os tipos preferidos de peles caprinas são justamente denominados Uauá e Curaçá, provenientes daquelas cidades baianas, na região de Canudos. Concorrem para tanto melhores o sol, o calor, a luz e a liberdade pela ausência de cercas de arame farpado, que por vezes furam a pele do animal, tornando-a imperfeita. A indústria europeia e a americana com a pele da cabra preparam couro finíssimo como o chagrín, o marroquim, a camurça, o conhecido couro da Rússia e o pergaminho (NOGUEIRA, 1978, p.204).

Belo Monte estava, portanto, profundamente conectado a uma rede transnacional de comércio, não constituindo uma situação de isolamento sistêmico. A qualidade das peles, expressa como condição para circulação neste mercado, dependia eminentemente de que os animais fossem criados *na solta*, ou seja, de forma extensiva. O modo de manejo levado à cabo para a produção de peles de bode pressupõe e depende da liberdade de movimento de animais e pessoas, o que diverge fundamentalmente da necessidade de controle instituída pelo modelo da *plantation*, signo máximo do desenvolvimento colonial capitalista. Nela,

é preciso criar *terra nullis*, a natureza sem reivindicações emaranhadas. Os emaranhamentos nativos, humanos e não humanos, devem ser extintos; refazer a paisagem é uma maneira de se livrar deles. Então, trabalhadores e plantas exóticas (ou outros elementos do projeto) podem ser trazidos, projetados para alienação e controle (TSING, 2019, p.186).

As relações entre humanos, plantas e animais que compuseram a paisagem do Belo Monte, ao que parece, não se basearam nestas formas de controle e isolamento. Algumas das pessoas que para ali migraram eram, inclusive, *refugiadas* de projetos de escalabilidade baseados no modelo das *plantations*, tendo talvez vindo de fazendas-currais onde a produção de couro a partir da criação *na solta* não impedia que certos elementos de controle e isolamento instituídos nas lavouras de cana no litoral proliferassem[13]. Tais aspectos configuravam não apenas a maneira como trabalhadores das fazendas eram tratados; eles também determinavam o movimento e o acesso a terras de escravizados e povos indígenas pelos proprietários e políticos da própria região (REESINK, 1997; MASCARENHAS, 1997; FAZIO, 2019). Ainda assim, o acesso a uma *posse de terra* não subsume o papel que *movimento e liberdade* podem assumir na socialidade dos povos da região.



Para o caso do povo Kiriri de Mirandela, por exemplo, é possível aventar a possibilidade de que uma significativa migração sazonal a Belo Monte tenha ocorrido diante da necessidade de utilizar aquele espaço externo a seu território para a realização de rituais (VELDEN, 2003). Relatos de parentes de sobreviventes à pesquisadora Maria Lúcia Mascarenhas ressaltam também o poder de convergência que procissões em direção ao Belo Monte exerciam sobre quem habitava seus arredores.

‘Isso o Caboclo Zé Pedro me contou’. Passaram em Mirandela carregando a madeira para a Igreja. Eram os índios que levavam a madeira. Andavam nessa caminhada, agora levando, viola, pandeiro e onde dormiam faziam aquela festa. Amanhecendo o dia, viajavam. ‘Os índios foram tudo. Foi contado o que ficou. Iam porque queriam ir, não tinham promessa’. Era gente como formiga. Quando paravam num lugar, Antônio Conselheiro começava a conversar, e o povo ‘enquasquetava’ e aí era ‘vamo’, ‘vamo’. Foi quando os índios saíram da aldeia. O pessoal ia se juntando ao grupo, ‘sem uma tajada de pipoca’, apenas rezando. Onde chegavam, o povo dava o que comer, era naquela Santa Alegria até chegarem lá em Canudos (MASCARENHAS, 1997, p.62).

A livre movimentação de pessoas e entes não-humanos, assim como a capacidade de associar-se, é condição para um projeto de *Santa Alegria*, em que a *boa vida* corresponde à fartura. Esta vida depende, em certa medida, da ausência de *cercas* de distintas ordens ou, alternativamente, da habilidade de escapar delas. Assim, talvez seja possível arriscar que, tanto a sobrevivência em Belo Monte quanto a fama do arraial que atraiu multidões, estavam fundamentadas em outra forma de *refazer paisagem*: constituindo relações improváveis entre pessoas – as quais não tinham, necessariamente, um vínculo prévio ou previsto entre si –, delas com outros entes não-humanos, mediadas, aí sim, pelo livre acesso e possibilidade de vínculo com a terra.

*Refazer paisagem*, em um contexto de violência coronelista, apresenta-se como um passo posterior à negação da continuidade de relações que separam as pessoas, os animais e as plantas de suas fontes de vida, além de ampliar, em extensão e intensidade, as redes de socialidade das quais uma *boa vida* também depende. Belo Monte, enquanto um *refazer de paisagem*, seria, portanto, um modo de escapar da alienação, nos termos de Tsing. Para ela, a extração de mais-valia depende também da transmutação de animais, plantas e relações ecológicas em meios de produção (TSING, 2015). Por isso ela argumenta que uma das fábulas que o capitalismo nos apresenta como fato é que sem trabalho, não há riqueza. E, muitas vezes, esta fábula conforma também os instrumentos analíticos.

“Ali nem é preciso trabalhar, é a terra da promessa, onde corre um rio de leite e são de cusuz de milho as barrancas”, ironiza Euclides da Cunha (2016 [1901], p.185) ao aventar possibilidades



explicativas que dessem conta do intenso fluxo migratório para o arraial. Para ele, a *alienação* de que padeciam era de outra ordem; era *mística* (2016 [1901], p.147). Apenas a *ingenuidade dos sertanejos* articulada à *maldade de seus aliciadores* os faziam acreditar na possibilidade de viver a *prosperidade* sem a mediação do trabalho, sempre entendido em sua feição de tortura. O depoimento de Honório Vila Nova, antigo morador do arraial e sobrevivente da guerra, aponta outra saída explicativa:

Recordações, moço? Grande era a Canudos do meu tempo! Quem tinha roça tratava da roça na beira do rio. Quem tinha gado, tratava do gado. Quem tinha mulher e filhos, tratava da mulher e dos filhos. Quem gostava de reza, ia rezar. De tudo se tratava porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino” (MACEDO, 1964, p.67).

Na Canudos de suas recordações, a *terra da promessa* de que fala Euclides da Cunha era, com efeito, signo de abundância e lugar de liberdades. A noção de trabalho também aqui está ausente. Em seu lugar, Vila Nova fala em *tratar*, verbo utilizado para referir-se de igual modo a roças, animais de criação e parentes. Estes entes, por sua vez, não parecem corresponder a meros *bens de produção* – algo que ocorre com pessoas, animais e plantas no modelo da plantation (TSING, 2019). Ademais, ele também chama atenção para a ausência de apropriação privada do que emerge dessas atividades, conforme “a regra ensinada pelo peregrino”.

Também na teoria marxiana, a ênfase não é na *natureza* do trabalho em si, mas no processo de apropriação do que é produzido. Dito de outro modo, a questão do trabalho está eminentemente ligada à do valor. Se é bastante consensual o silêncio original de Marx quanto ao que chamamos trabalho reprodutivo (FEDERICI, 2017), este não é exatamente o caso para as atividades agrícolas. Na agricultura, argumenta ele, convivem formas capitalistas e não-capitalistas de produção, de modo que a tensão entre capital e trabalho seja essencialmente diferente da forma como é operada na fábrica (MARX, 1978). O trabalho concreto, isto é, aquele baseado nas habilidades individuais – e, portanto, heterogêneas -, é abstraído, ou seja, disciplinado e tornado homogêneo, na passagem do valor de uso ao valor de troca (CHAKRABARTY, 1994).

De volta às narrativas sobre o Belo Monte, gostaria de evidenciar como Euclides da Cunha e Vila Nova parecem concordar pelo menos em um aspecto, qual seja, a ausência do trabalho em sua forma abstrata. Como, neste contexto, se dava a transformação dessas peles em mercadoria? Sob que condições as pessoas que beneficiavam o couro realizavam essa atividade? De que maneira o



*Revista ClimaCom, Esse lugar, que não é meu? | pesquisa – ensaios | ano 9, no. 22, 2022*

fluxo de capital resultante desta operação, era distribuído e utilizado no arraial? Talvez simplesmente não existam fontes históricas o suficiente para responder a estas questões com segurança. Como as perguntas que fazemos à história são, elas próprias, históricas (TROUILLOT, 2016), o que se pode fazer é chamar atenção para os modos como o presente reifica os silenciamentos produzidos sobre o passado e, no caso deste texto em específico, evidenciar como estes silêncios compõem com as demandas que movimentos sociais e comunidades em luta têm formulado.

O vínculo com os bodes, em especial a possibilidade de criá-los *na solta* e garantir a entrada de recursos monetários provenientes da venda de peles, materializa uma dimensão especial do conjunto de relações que fundamentaram a experiência de vida conselheirista. A fartura, evocada pela imagem das barrancas de cuscuz e os rios de leite, assim como a liberdade, ecoada pelos bodes descendentes conselheiristas soltos hoje na caatinga, constituem um outro nexo entre passado e presente, para o qual reabilitar legados outros de Canudos segue sendo um exercício.

‘Existem outras formas de viver, sem exploração do trabalho nem da natureza’. É o que afirmou Mahara Silva, presidente da Cooperativa Camponesa do MST de Minas Gerais, em uma reportagem[14] sobre o café agroecológico produzido no Quilombo Campo Grande, área que sofreu o despejo narrado no início deste artigo. Se a imagem da destruição do território, lida em articulação com a destruição de Canudos, contribui para que grupos que lutam por terra compreendam o *modus operandi* – e a longevidade – de seus inimigos, o nexo que a presença do bode conselheirista evoca, inspiram, me parece, esses mesmos grupos a comporem modos de vida junto da terra pela qual lutam. ‘Hoje as famílias dão outra condição para essa terra’, argumentou um outro militante do movimento[15], referindo-se também à relação dos acampados com o café. A ocupação da terra se deu na área de uma fazenda monocultora de café que tinha dívidas trabalhistas com seus antigos funcionários. Agora, agricultores vinculados ao MST o fazem em sistema agroecológico, o que implica no consorciamento de espécies e na não utilização de agrotóxicos, ou seja, em um manejo que envolve e depende da preservação e proliferação de vidas outras que humanas e que não tem como único objetivo a extração de mais-valia. A reedição e sistematização de técnicas de manejo como essas, bem como o desenho de estratégias que possibilitem que estes produtos circulem de modo a garantir a autonomia da comunidade tem se apoiado em uma demanda de pesquisa a respeito de *experiências ancestrais*. Canudos figura entre estas[16].



*Revista ClimaCom, Esse lugar, que não é meu? | pesquisa – ensaios | ano 9, no. 22, 2022*

Há silêncios ecoando e há formas de vida que pulsam. *Contra* a história como produtora de ruínas, a existente – e insistente – presença de bodes conselheiristas indica que algo daquele projeto de vida segue podendo ser reivindicado na atualidade. Sua existência, nos termos de Benjamin (1994), faz acender reminiscências potentes para *tratar* o momento de perigo, tal como se apresenta hoje. Por isso, pensar mais um pouco a partir do contraste entre vida e guerra para o caso das reivindicações em torno dos legados de Canudos me parece um bom jeito de finalizar este texto. É o que farei em seguida.

### **Antes do fim (do mundo, da história...)**

Na véspera do aniversário de 50 anos do massacre, em 1946, Pierre Verger e Odorico Tavares estiveram em Canudos para realizar uma reportagem com sobreviventes da guerra, posteriormente publicada em livro[17]. Desde então, pode-se dizer que a tônica das pesquisas e questões sobre o tema tem sido o de constituir instrumentos para pensar Canudos a partir de seus próprios termos. João Batista da Silva Lima assim sintetiza a questão:

O movimento conselheirista nem sempre foi contado a partir de suas próprias raízes. Durante muito tempo, estudou-se Canudos apenas pelo aspecto da guerra, das quatro expedições militares, da destruição do Belo Monte e da morte de Antônio Conselheiro. Eu ficava me perguntando sobre a história de Canudos – mas a do Belo Monte conselheirista, e não a da guerra de Canudos (LIMA, 2019, p.174).

Narrar a história a partir da perspectiva conselheirista, neste contexto, pressupõe dois movimentos articulados: fazer novas perguntas aos eventos e fontes históricos já estudados e ampliar o escopo de eventos a serem abordados. Em um determinado momento, isso implicou em sair da ‘gaiola de ouro’ de *Os Sertões*, uma vez que a obra limitou as maneiras correntes, até então, de abordar Canudos. Primeiro, a excepcionalidade da obra, em termos de sua natureza e qualidade, contribuíram para que Canudos fosse lida como um evento extraordinário da e na História do Brasil, por ter sido apresentada por seu aspecto disruptivo em contraste com o cotidiano (JOHNSON, 2007). Segundo, por ser uma narrativa sobre sua morte, o livro confinou as possibilidades de conhecer Canudos ao momento de sua destruição (BARROS, 2019). Assim sendo, a obra, também ela permeada por ambiguidades, contribuiu para alçar a Guerra de Canudos a uma espécie de evento histórico fundamental (TROUILLOT, 2016) na memória coletiva do país.



Neste contexto, o historiador José Calasans propôs, na década de 1950, um flanco para estudos sobre os textos deixados por Antônio Conselheiro, as poesias populares que circulam no sertão a seu respeito e os depoimentos dos sobreviventes de guerra. O conjunto de trabalhos dedicados a reler os mesmos eventos a contrapelo têm demonstrado que as narrativas históricas assentadas na desrazão de Antônio Conselheiro e na comunidade como signo do atraso (BARROS, 2019, p.31) dizem respeito mais aos narradores do que aos eventos em si. Estes trabalhos historiográficos compartilham a desconfiança sobre muitas das estratégias discursivas que se fazem visíveis em *Os Sertões* (e na sociologia de sua época), sobretudo as que negam, de partida, a condição de sujeito histórico a diversos grupos subalternos (JOHNSON, 2010) e, por conseguinte, sua perspectiva a respeito dos eventos em que participam. Essas estratégias, em maior ou menor grau, silenciam a existência de diversas camadas dos eventos históricos. Trouillot as denominam “fórmula de rasura e de banalização” (2016, p.156), argumentando que estes modos de silenciar o passado podem ser desfeitos revisitando materiais históricos já consolidados. Para o caso de Canudos, isso envolveria, por exemplo, desconstruí-lo como um fenômeno auto-revelatório, como se o arraial não fizesse parte de um conjunto mais amplo de processos sócio-históricos (JOHNSON, 2010). Mas elas também revelam um aspecto fundamental da modernidade – a que pretende fazer escapar a diferença, seja rasurando-a, seja esvaziando-a, mas sempre buscando seu aniquilamento simultaneamente material e simbólico.

Em que medida reivindicar a história desde a *perspectiva dos vencidos* é um gesto de reinterpretação, enquanto criação de narrativas alternativas, sobre eventos sócio-históricos já definidos? Um dos limites impostos à equalização das distintas possibilidades de enunciação reside justamente no poder intrínseco à relação entre os termos. A noção de *fanático* para definir os habitantes do arraial de Belo Monte, por exemplo, ganha sentido em contraposição a um conceito abstrato de indivíduo racional e moderno. O mesmo parece operar para o contraste entre vida e guerra para a historiografia sobre Canudos. Não há texto que eu tenha lido que não se inicie pela guerra. É como se *o antes dela* só pudesse ser tornado inteligível, também ele, pelo seu revés. Johnson (2007) sugere que Canudos é signo vazio, impossibilitado de ser em seus próprios termos, mesmo que sirva de alegoria para um conjunto enorme de fenômenos. De modo análogo ao cercamento do exército a Canudos, de onde a vemos de cima e pelo seu revés, as abstrações tornadas princípio da República – ordem e progresso – sitiaram muitos dos registros e narrativas



históricos sobre os quais, até os dias atuais, aventamos formas de imaginar – e *retomar* – Belo Monte, reconstruindo seus muitos legados.

Ao longo deste texto, busquei descrever distintas maneiras pelas quais abstrações como *terra*, *humano*, *natureza* e *trabalho* vão se tornando unívocas e universais, e como, ao integrarem a estrutura das narrativas, vão produzindo ou reiterando silenciamentos. Neste contexto, o caso dos bodes conselheiristas é paradigmático, em ainda outro sentido, uma vez que a própria noção de *abstração* toma outro caráter. As poucas pesquisas em torno do tema, ainda que conjugadas com uma intensa proliferação de hipóteses a respeito dos modos como a vida era sustentada no arraial, parecem expressar a impossibilidade mesma de imaginar relações não alienadas de trabalho. Sendo o trabalho concreto “precisamente aquilo que não pode ser circunscrito pelo signo da mercadoria, ainda que seja inerente a ela” (CHAKRABARTY, 1994, p.452), as perguntas abertas no rastro dos bodes conselheiristas nos colocam de frente a uma espécie de inimaginável, um silêncio original (TROIULLOT, 2016). Para o caso da Revolução Haitiana, era impensável, à época, que pessoas negras e escravizadas fossem capazes de organizar e provocar tal evento. De maneira análoga, também para Canudos, era impensável que sertanejos, entre a *humildade mística* e o *assomo sanguinário*, fossem capazes de refazer a paisagem do sertão, transformando-a na terra da promessa. O problema, em ambos os casos, é da ordem do *humano*.

Sendo o universal aquilo do qual não podemos prescindir de participar (SPIVAK *apud* TSING, 2005), lidar com as condições desiguais da produção histórica converte-se em imperativo (JOHNSON, 2010). E isto, por sua vez, torna obtusa e particularizada a forma como o passado pode compor com o presente. Dito de outro modo: é como se, dia após dia, atestássemos o fato de que estamos diante de uma História (com H maiúscula) que se repete primeiro como tragédia e depois... como tragédia de novo. Este particular – a História como a da luta de classes – torna-se universal ao avançar não apenas sobre a estrutura das narrativas, mas – talvez concomitantemente – também sobre territórios e modos de vida, alguns que talvez tenham emergido justamente como resposta a este avanço, como pode ter sido o caso de Canudos.

A tempestade chamada progresso (BENJAMIN, 1994) depende de transformar passado em atraso. É o que parece operar quando ordens de despejo de ocupações de terra ou invasões a territórios indígenas, por exemplo, se legitimam como formas de desenvolver o país. A guerra atual do par





*Revista ClimaCom, Esse lugar, que não é meu? | pesquisa – ensaios | ano 9, no. 22, 2022*

Capital/Estado contra essas experiências, segundo Antônio Bispo dos Santos (2015), reencena a campanha contra Canudos e visibiliza o Arraial de Belo Monte em sua dupla negação – a negação pela guerra e a negação contra os modos de vida. Este autor ainda ressalta uma outra repetição: a necessidade, por parte das forças estatais, de aniquilar quaisquer vestígios dessas comunidades, perseguindo sobreviventes e incendiando ou alagando seus lugares de vida. A possibilidade de memória também é interceptada. *Escovar a história a contrapelo*, neste contexto, pode ser relacionar-se com o passado não apenas para ecoar as versões e vozes dos *vencidos* e atestar a violência total de que foram vítimas. A História, assim como o trabalho abstrato, opera sua violência também ao homogeneizar, disciplinar, indiferenciar múltiplas e distintas temporalidades, muitas delas incomensuráveis entre si (CHAKRABARTY, 1993). Por isso, uma contra-historiografia também pode – ou deve – se atentar a outras formas de compor com o passado que estes mesmos *vencidos* têm articulado. Canudos segue operando como um referente, um lugar de onde retomar práticas de sentido inviabilizadas – e invisibilizadas – pela e na História. Os bodes conselheiristas, aliás, estão vivos.

*Recebido em: 30/03/2022*

*Aceito em: 30/04/2022*

## **Bibliografia**

- BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio (org.). **Sertão, Sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas**. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In \_\_\_\_\_.: **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense. 7ª edição, 1994.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonizações, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTi, 2015.
- BOAVENTURA, Edivaldo. **O Parque Estadual de Canudos**. Salvador: Secult, 1997.
- BOISSERON, Bénédicte. **Afro-Dog: Blackness and the Animal Question**. Columbia University Press, 2018.
- BOYAZOGLU, J. The role of the goat in society: Past, present and perspectives for the future. **Small ruminant research**, nº60, v.1, pp.13-23, 2005.
- CARNEY, Judith; ROSOMOFF, Richard Nicholas. **In the shadows of slavery: African Botanical legacy in the Atlantic World**. Berkeley, University of California Press, 2009.
- CANDIDO, Antonio. Euclides da Cunha sociólogo. **Remate de Males**, 2012 [1999].  
\_\_\_\_\_. Martírio e Redenção. In: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio (org.). **Sertão, Sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas**. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.



- CARVALHO, Felipe Santos Estrela de. Negociação coletiva e genealogia do sindicalismo rural do submédio São Francisco. In: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio (org.). **Sertão, Sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas**. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.
- CHAKRABARTY, Dipesh. Marx after marxism: history, subalternity, and difference. **Positions**, pp.446-465, 1994.
- COUTINHO, Eduardo. **Cabra marcado para morrer**. 1984. (filme)
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: UBU Editora / Edições Sesc São Paulo, 2016.
- DESPRET, Vinciane. **O que diriam os animais se...** Belo Horizonte: Ed. Chão de Feira, 2013.
- FAZIO, Denizart Busto de. **Milagre em Monte Santo: A fundação da escola família agrícola do Sertão**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cultura, Filosofia e História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2019.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.
- FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. **Por terra e território – caminhos da revolução dos povos no Brasil**. Arataca-BA: Teia dos Povos, 2021.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides da Cunha, precursor. **Revista USP**, n.82, pp.46-53, 2009.
- \_\_\_\_\_. Fortuna Crítica. In: CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: UBU Editora / Edições Sesc São Paulo, 2016.
- GONÇALVES JÚNIOR, Oswaldo. Entre bois e cabras: uma visão histórica sobre mentalidades e valores nos sertões. **Estudos Históricos**, v. 24, nº47, pp.49-68, 2011.
- HARAWAY, Donna. **Staying With the Trouble: Making Kin in the Chthulucene**. Durham: Duke University Press, 2016
- \_\_\_\_\_. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica**, n.5, pp.139-146, 2016.
- IASB (Instituto Ambiental Brasil Sustentável). **Manual de criação de ovinos e caprinos**. Brasília: CODEVASF, 2011.
- JOHNSON, Adriana. Everyday and subalternity. **South Atlantic Quarterly**, nº.106, v.1, pp.21-38, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Sentencing Canudos: Subalternity in the Backlands of Brazil**. University of Pittsburgh Press, 2010.
- LIMA, João Batista da Silva. Entre euclidianos e conselheiristas: Canudos resiste. In: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio (org.). **Sertão, Sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas**. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.
- MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. **Belo Monte: uma história da guerra de Canudos**. São Paulo: Expressão Popular. 2ª edição, 2011.
- MARIANTE, Artur da Silva; EGITO, A. A. Animal Genetic Resources in Brazil: result of five centuries of natural selection. **Theriogenology**, n.57, pp.223-235, 2002.
- MARTINS, Paulo Emílio Matos. **A reinvenção do sertão: a estratégia organizacional de Canudos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001
- \_\_\_\_\_. Canudos: organização, poder e o processo de institucionalização de um modelo de governança comunitária. **Cadernos EBAPE**, n.4, v.5, pp.1-16, 2007
- MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande: História de Minas que se devolve ao povo**. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 3ª ed, 2018.
- MASCARENHAS, Maria Lúcia. Kaimbé, Kiriri e Kantaruré retornam a Canudos. **Boletim ANAI-BA**. Salvador: ANAI-BA, 1993.



\_\_\_\_\_. Rio de sangue e ribanceira de corpos. **Cadernos CEAS – Edição Especial sobre Canudos**. Salvador: CEAS, nº especial, pp.59-71, 1997.

MAUSS, Marcel e HUBERT, Henri. **Sobre o sacrifício**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MEDEIROS, Rondinely Gomes. Mundo quase árido. **Os mil nomes de Gaia**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: [www.osmilnomesdegaia.eco.br](http://www.osmilnomesdegaia.eco.br) (Último acesso: 01/12/2021)

MENDONÇA FILHO, Kleber. **Bacurau**. 2019. (filme)

MST. **Despejo no acampamento Quilombo Campo Grande em Minas Gerais acende alerta durante a pandemia**. Reportagem, 2020. Disponível em:

<https://mst.org.br/2020/08/19/despejo-no-acampamento-quilombo-campo-grande-mg-acende-alerta-durante-a-pandemia/> (Último Acesso: 09/11/2020)

\_\_\_\_\_. **Despejo criminoso**. Vídeo, 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CD4qJWCBYSD/> (Último Acesso: 09/11/2020)

\_\_\_\_\_. **Acampamento Campo Grande Resiste**. Vídeo, 2020. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CD9puJphM\\_T/](https://www.instagram.com/p/CD9puJphM_T/) (Último Acesso: 09/11/2020)

NOGUEIRA, Atibaia. **Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica**. São Paulo: Ed. Nacional. 2ª edição, 1978.

REESINK, Edwin. A tomada do coração da aldeia: a participação dos índios de Massacará na guerra de Canudos. **Cadernos CEAS – Edição Especial sobre Canudos**. Salvador: CEAS, nº especial, pp.73-97, 1997.

ROLIM, Leonardo Cândido. “Os currais desta parte hão de passar de oitocentos”: a conquista dos sertões das capitanias do norte do estado do Brasil através da pecuária e o avanço da(s) fronteira(s) em direção ao estado do Maranhão (1654-1750). **História e Historiografia**, pp.1-15, 2012.

SILVA, José Paulino. Breve roteiro para se chegar a Canudos. **Cadernos CEAS – Edição Especial sobre Canudos**. Salvador: CEAS, nº especial, pp.27-29, 1997.

VELDEN, Felipe Ferreira Vander. Combates singulares, histórias singulares: sobre a participação indígena no movimento de Canudos. **Tellus**, v.3, n.4, pp.57-73. Campo Grande, 2003.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História**. Curitiba: Huya, 2016.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Friction: an ethnography of global connection**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. **The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins**. Princeton, Princeton University Press, 2015.

\_\_\_\_\_. Sobre a não escalabilidade: o mundo vivo não é submisso a escalas de precisão aninhadas. In:\_\_\_\_\_. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: Mil Folhas, 2019.



[1] Versões anteriores deste texto foram apresentadas nos eventos “Jornadas de Antropologia John Monteiro”, em novembro de 2020, e “Jornada Interna de Pesquisa do Centro de Estudos Ameríndios”, em dezembro de 2021. Agradeço à organização dos respectivos espaços pela oportunidade de interlocução e a Christiano Tambascia, Eliane Rapchan, Felipe Vander Valden, Karen Shiratori, Emerson Oliveira, José Kelly Luciani, Mariana Ruggieri, Marília Lima, Flôrência Chapini pelas leituras detidas, comentários, críticas e sugestões. Também agradeço Pilar Guimarães, Helena Rizzeti, Mariana Ruggieri, Paulo Regis, sua família e equipe do Parque Estadual de Canudos pela companhia e reflexões compartilhadas durante a visita.

[2] O nome do acampamento, situado em Campo do Meio – MG, faz alusão à maior confederação quilombola brasileira (1720-1769), cuja extensão ia do Triângulo Mineiro ao Nordeste de São Paulo e contava com mais de 20 mil habitantes (MARTINS, 2018). A área reivindicada pelo MST, portanto, localiza-se dentro do perímetro de existência da confederação e sua nomeação é uma homenagem a ela.

[3] Vídeo: <https://www.instagram.com/p/CD4qJWCBYSD/>, 14 de agosto de 2020.

[4] Vídeo: [https://www.instagram.com/p/CD9puJphM\\_T/](https://www.instagram.com/p/CD9puJphM_T/), 16 de agosto de 2020.

[5] Publicada em “Sertão, Sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas”, livro organizado por Joana Barros, Gustavo Prieto e Caio Marinho (2019).

[6] Oprimidos seria o vocabulário mais preciso do ponto de vista etnográfico, por ser como o próprio MST se refere ao grupo que o compõe. Ainda assim, ao longo do artigo, privilegio o uso de subalterno por fazer parte da constelação conceitual com que trabalham autores aqui citados, os quais, neste caso em particular, se constituem como os interlocutores do texto.

[7] Despret (2013), tomando de empréstimo a expressão do historiador Gary Shaw, sugere que atentemos para nossa dificuldade de considerar os animais como agentes das ações que eles próprios executam (p.17). Neste texto, me interessa apenas reter a sugestão de que subestimar a agência de cabras, sejam elas humanas ou não, podem criar pontos cegos na historiografia e, em igual medida, pode ser mortífero em uma guerra como a narrada aqui.

[8] Logo que publicou *Os Sertões*, em 1901, Euclides da Cunha escreveu uma carta a um amigo afirmando que considerava este um livro vingador, contrariando seu objetivo inicial de defender a República com palavras. Em artigos publicados anteriormente à sua ida, o autor subscrevia à perspectiva corrente de sua época e grupo social. A experiência da guerra, no entanto, alterou seu ponto de vista sobre os meios utilizados pelo Estado para realizar seu empreendimento. A barbárie não era o *modus operandi* dos jagunços conselheiristas e sim do exército. Nos sertões, o que imperava era a miséria em estado puro. Por isso, explicou Euclides da Cunha na referida carta, ele buscou forjar uma descrição minuciosa da totalidade da situação e, sob a égide da ciência positivista de então, narrou com uma incrível riqueza de detalhes as contradições da campanha e, por conseguinte, da própria República. Ver Galvão (2009; 2016) e Candido (2012[1999]).

[9] A transmutação de pessoas em animais se faz notada em outros eventos históricos que são marcados por uma guerra do Estado contra aquilo que se constitui como uma afronta, como o revés de si: na guerra do Contestado, conta-se que os monges, importantes articuladores da revolta,



frequentemente se apresentam aos camponesas como cachorros; depois de derrotada a Guerrilha do Araguaia, circula na região a informação de que Oswaldão, um camponês que se juntou aos guerrilheiros e foi torturado e assassinado pelo Exército, continua circulando também na forma de cachorro. Certamente, essa espécie de coincidência renderia um caminho interessante para pensar o lugar da animalidade na conformação da nação, algo que escapa – ainda que por pouco – do escopo do presente texto. Este é o tema, tratado de forma brilhante, de “Afro-Dog: Blackness and the Animal Question”, de Bénédicte Boisseron (2018).

[10] O responsável por sua efetivação, então secretário de cultura e educação da Bahia, Edivaldo Boaventura, inspirou-se na experiência estado-unidense de preservação dos sítios históricos e militares em memória da Guerra Civil no norte do continente: “juntam-se, também aqui, aos objetivos de preservação ecológica, os cenários históricos de campo de batalha, que é como antevejo o Parque de Canudos. Criado para preservar o sítio bélico e fixar um dos acontecimentos mais significativos da História do Brasil, de fato, Canudos mexe com os sentimentos religiosos, pelo messianismo do Conselheiro. Canudos interessa às Forças Armadas, especialmente ao Exército e às polícias militares. Canudos exemplifica o intrincado relacionamento entre forças políticas estaduais e federais. Canudos encontra-se no eixo das encruzilhadas das nossas questões regionais e nacionais. Canudos está no coração seco e sertanejo do Nordeste” (2007, s/p).

[11] Todos que trabalham no parque têm alguma relação com a guerra, sendo em sua maioria descendentes de sobreviventes. Os bisavós de Paulo, por exemplo, saíram do arraial antes do famoso cerco, em setembro de 1897, e, não conseguindo retornar, sobreviveram ao massacre.

[12] A título de exemplo: “Alimentos básicos africanos figuraram com destaque entre as provisões transportadas para as áreas escravagistas ao longo da costa atlântica. Estes incluíam milho, arroz, sorgo, banana da terra, inhames, feijões, óleo de palma e animais de criação. O comércio de animais vivos envolvia pequenos animais (galinha d’Angola e outras aves) e animais de criação (ovelhas, cabras e gado)” (CARNEY, 2009, p.53).

[13] A arquitetura de cadeias internacionais de produção de commodities, como o couro, o ouro e o tabaco citados anteriormente, pode se beneficiar (ou depender) de modos de vida não capitalistas, como é o caso dos cogumelos matsutake (TSING, 2015).

[14] Reportagem: <http://sindieletromg.org.br/posts/cafe-guaii-e-quilombo-historia-qualidade-e-justica-social>. Último acesso em 20/02/2022.

[15] Reportagem: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/22/conheca-o-cafe-guaii-e-a-producao-do-quilombo-campo-grande-mg-ameacado-de-despejo>. Último acesso em 20/02/2022.

[16] As comunidades de fundo e fecho de pasto, cujos territórios estão localizados nos sertões da Bahia, também promovem nexos deste tipo, como pode ser visto em Carvalho (2019).

[17] “Canudos cinquenta anos depois”, 1957.